INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA RTP, NICOLAU SANTOS,

NA COMISSÃO DE CULTURA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6.1.2026

A RTP iniciou em 2025 uma fase de profunda mudança, que decorre do Plano Estratégico (PE) 2024-2026, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) ao Conselho Geral Independente (CGI) e aprovado por este, visando a transição digital de uma empresa de rádio e televisão para um grupo de media. Para a concretizar, foram definidos três grandes objetivos: a renovação etária e do perfil de competências dos trabalhadores; uma reorganização interna, enxugando a estrutura e alterando métodos de funcionamento; um muito significativo plano de investimentos tecnológicos.

Nesse sentido, concretizou-se finalmente o Plano de Saídas Voluntárias (PSV), que estava a ser negociado com as sucessivas tutelas desde 2023. O plano levou à saída por mútuo acordo de 135 trabalhadores, com um encargo para a RTP de 7,7 milhões de euros, com retorno de um ano. A poupança final será de 5,9 milhões de euros anuais, já que por cada quatro trabalhadores que saíram só será contratado um novo, por indicações da tutela.

Ao mesmo tempo, foi executada uma reorganização interna das estruturas da empresa, com a redução do número de direções e de diretores, de 30 para 22, visando uma maior flexibilidade, cooperação e capacidade de resposta. A poupança estimada desta reorganização é de 2,2 milhões de euros.

Também muito importante foi a concretização da primeira fase do projeto Casa das Notícias, com a renovação do estúdio de informação do Porto, a criação de um estúdio de transição em Lisboa e a mudança da marca RTP3 para RTP Notícias, com um novo grafismo, novos programas e novos comentadores e apresentadores. O investimento atingiu os 4,5 milhões em 2025 e rondará os 8,3 milhões este ano e no próximo.

Este projeto iniciará a sua segunda fase em 2026, com a ampliação da redação e a renovação dos estúdios de Lisboa, muito degradados e sem alterações significativas desde 2004, e insere-se no plano de investimento para o triénio, o maior que a RTP está a fazer no séc. XXI, mas que poderá eventualmente vir a ser estendido no tempo, para não colocar em causa a sustentação financeira da empresa e a sua tesouraria.

Sublinhe-se que este investimento carece de aprovação do governo, mas não é uma opção; é uma necessidade imperiosa, sob pena de a emissão poder colapsar a breve prazo, já que o sistema tecnológico de suporte que assegura todo o funcionamento está a ser descontinuado pelo fabricante.

No domínio do streaming e nas plataformas digitais deram-se grandes passos em frente, com a oferta gratuita de duas centenas de séries e filmes na RTP Play e a entrada da RTP no TikTok, bem como o reforço da presença no Instagram, no Facebook e no Whatsapp. A RTP online alcançou em 2025 o maior número de visitas (173 milhões) e de page views (422 milhões) de sempre e o número de visitantes é o mais expressivo desde 2021.

Na rádio, a opção estratégica de colocar todas as rádios debaixo da mesma liderança já está a dar os seus frutos, com maiores sinergias na definição da programação e, mais importante, uma abordagem integrada ao digital.

Continuámos também a apoiar fortemente os produtores independentes, com cerca de 18 milhões de euros, um esforço sem qualquer comparação com operadores privados e bem acima do que a lei nos obriga. Foram 15 filmes em estreia, 12 séries de 6 a 8 episódios cada e mais de 100 horas de documentários, entre outras tipologias. É bom lembrar que a RTP emite 70.000 horas de programas por ano, das quais 38 mil são programas originais. Se cada uma dessas horas for contabilizada a 5.000 euros/hora, um preço muito baixo, só aqui os encargos atingem os 190 milhões de euros.

O mesmo apoio aconteceu no domínio da transmissão de provas desportivas, com a cobertura de mais de 20 modalidades (na RTP há muito mais para além do futebol) em mais de 300 transmissões em canais TV, 500 nos canais de desporto da RTP Play, e 350 de e-sports no RTP Arena, para além de extensa cobertura na rádio.

Para cumprir o contrato de concessão assinado com o Estado, a RTP dispõe de oito canais de televisão e sete de rádio e uma plataforma digital. Os canais e antenas das regiões autónomas representam um custo de cerca de 15 milhões de euros, enquanto os internacionais ultrapassam os 6 milhões de euros. A RTP mantém ainda correspondentes em seis cidades (Bruxelas, Paris, Washington, Moscovo, Madrid e Rio), com um encargo de 1,4 milhões de euros, e delegações nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), com um encargo de 2 milhões de euros em 2025.

Ora como se sabe, desde 2016 que a Contribuição para o Audiovisual, que representa mais de 80% das receitas da RTP, não é aumentada, nem sequer atualizada pela inflação. Se o fosse, a RTP teria recebido mais 135,3 milhões de euros desde 2016. Com receitas congeladas e todo o tipo de encargos a subir de forma acentuada, a RTP tem vindo a adequar a sua estrutura de custos, pela via do aumento significativo da sua produtividade e eficiência, mas chegou-se agora a um ponto onde não é possível continuar a acomodar esta situação.

E assim, depois de 15 anos a registar sucessivos resultados positivos, a RTP, como tenho vindo a dizer aqui na Assembleia desde há três anos, irá apresentar prejuízos em 2025, que serão a partir de agora estruturais, a não ser que haja mudanças do lado das receitas ou dos encargos. Estes prejuízos, entre 3 e 4 milhões de euros, reduzem-se a cerca de 1 milhão se retirarmos os encargos extraordinários suportados com o Plano de Saídas Voluntárias.

Do lado das receitas, a Contribuição do Audiovisual (CAV) não será aumentada, nem sequer pela inflação, e os incrementos que se tem verificado nos últimos anos por via do aumento dos contadores de eletricidade começam agora a esbater-se claramente. Ao mesmo tempo, a publicidade mantém-se trancada nos 6 minutos por hora contra os 12 minutos dos operadores privados, num mercado em contração. Receitas adicionais associadas à atividade são residuais, não se prevendo qualquer alteração futura.

Do lado dos encargos, apesar da tendência recente da economia apresentar uma inflação significativa, a RTP tem conseguido manter as linhas de custos associadas a fornecimentos de serviços e de aquisição de programas praticamente sem evolução, reflexo duma abordagem apertada de controlo e eficiência nessas importantes tipologias de custos. Já do lado dos custos de pessoal, estes tem subido na ordem dos 3 milhões de euros por ano, por via da aplicação do Acordo de Empresa (AE) e dos aumentos decretados pelo Governo para a Função Pública, que a RTP tem acompanhado via negociação sindical. O PSV, ao reduzir o quadro de pessoal, contribuiu para uma retração temporária desta linha de custos, visível no ano de 2026, mas com a natural tendência crescente nos anos seguintes.

O CA tem vindo a tentar encontrar soluções para mitigar esta evolução, quer do lado dos custos, com medidas de eficiência interna e externa, quer do lado das receitas, mantendo a procura de novas fontes de rendimento.

Contudo, um emagrecimento adicional da estrutura de custos poderá colocar em causa o serviço público prestado. Medidas mais severas de contenção de custos conduzirão inevitavelmente a uma redução da atividade.

Num quadro mundial altamente instável e disruptivo, onde campeiam a desinformação, a manipulação, as notícias falsas, as verdades alternativas, os insultos e a linguagem soez, é cada vez mais necessário um serviço público de media que se afirme perante a opinião pública pela sua credibilidade, rigor, pluralismo, diversidade, inclusão, proximidade, defesa da coesão social e dos valores em que assentam as sociedades democráticas europeias.

Para isso, a RTP tem de se manter relevante, porque não há serviço público sem público; forte, porque só assim continuará a ser respeitada na sua missão de informar, formar e entreter, bem como defender a língua e apoiar a cultura portuguesa; e atualizada tecnologicamente, porque de outra maneira não terá armas para enfrentar os inúmeros desafios que hoje se colocam, desde a fragmentação dos públicos aos grandes operadores internacionais.

Contudo, chegámos ao nosso limite. Um emagrecimento adicional da estrutura poderá colocar em causa a qualidade do serviço público prestado. Medidas mais severas de contenção de custos conduzirão inevitavelmente a uma redução da atividade.

Há, pois, que fazer escolhas. Contamos com os representantes eleitos do povo português para que nos ajudem a definir que RTP querem para o futuro.